

GRUPAMENTO DE APOIO DOS AFONSOS

Estudo Técnico Preliminar 187/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: SINALIZAÇÃO VISUAL

2. Descrição da necessidade

2.1. O GAP-AF foi reativado através da PORTARIA GABAER Nº 427/GC3, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2022, e possui como missão executar as atividades administrativas e logísticas necessárias para o bom funcionamento das Organizações Apoiadas, visando à melhoria contínua dos processos internos e a qualidade dos serviços prestados às Organizações do Comando da Aeronáutica sediadas na GUARNAE-AF. Por conta de sua missão institucional, o GAP-AF busca ser reconhecido pela sua prontidão e capacidade operacional, pela sua conduta correta e pelo compromisso com a manutenção dos valores militares, bem como pela forma como valoriza os seus recursos humanos, o maior recurso estratégico deste Grupamento.

2.2 A presente contratação visa suprir a necessidade de aquisição de materiais de apoio a eventos e de sinalização visual destinados ao atendimento do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e das Organizações Militares por ele apoiadas, considerando as demandas recorrentes relacionadas à realização de eventos institucionais, militares, administrativos, cerimoniais, treinamentos, recepções oficiais, campanhas internas, bem como à adequada identificação, orientação e padronização visual de ambientes e instalações.

2.3 No âmbito das atividades desempenhadas pelo GAP-AF, verifica-se a constante necessidade de utilização de itens como placas de identificação e sinalização, letreiros, banners, bandeiras, mastros, letras decorativas (inclusive em formato block letters), placas em aço inox, organizadores de mesa em acrílico, bem como materiais de apoio institucional e promocional, tais como bonés, canecas, cadernos, pastas em papel, chaveiros e outros itens correlatos. Tais materiais são essenciais para assegurar a adequada comunicação visual, a organização dos espaços, o apoio logístico a eventos e a preservação da identidade institucional da Força Aérea Brasileira no âmbito da Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos.

2.4 Ressalta-se que a ausência ou insuficiência desses materiais compromete a eficiência administrativa, a padronização visual, a orientação de usuários e visitantes, bem como a adequada condução de eventos oficiais, impactando negativamente a imagem institucional e a qualidade dos serviços prestados. Ademais, muitos dos itens atualmente disponíveis encontram-se desgastados, obsoletos, em quantidade insuficiente ou não atendem mais às necessidades operacionais e de comunicação visual das Organizações Apoiadas.

2.5 Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se necessária e alinhada ao interesse público, ao buscar garantir condições adequadas para o apoio a eventos e para a sinalização visual dos ambientes, promovendo maior organização, clareza na comunicação, padronização institucional e eficiência no atendimento às demandas do GAP-AF e das unidades apoiadas, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade previstos na legislação vigente.

2.6 A eventual compra dos materiais especificados neste documento, visa atender às demandas originárias do Grupamento de Apoio dos Afonsos, bem como de suas Unidades Militares Apoiadas, manifestadas através do preenchimento dos termos de oficialização de demandas (TOD's), documento liberado através do Sistema Integrado de Logística de Material e serviços do Comando da Aeronáutica (SILOMS).

2.7 A metodologia de levantamento das demandas setoriais das Organizações Militares que compõem a Guarnição de Aeronáutica dos Afonsos (GUARNAE-AF), prima pela participação ativa de cada setor requisitante da Instituição, a partir do seu planejamento interno, na definição e manifestação de suas necessidades de compras junto a este Grupamento de Apoio, a cada exercício anual. O método é operado por meio do sistema eletrônico denominado SILOMS, que padroniza os processos e procedimentos junto às diversas Instituições do Comando da Aeronáutica (COMAER).

2.8 Para futura aquisição de itens desta natureza, os setores responsáveis pelas áreas de realização de Cerimoniais e Formaturas de cada Organização Militar, apresentaram suas demandas junto às Unidades, motivando a solicitação como componente necessário para a reposição dos materiais em cada OM.

- 2.9** Destaca-se que a fim de executar as atividades no que diz respeito ao gerenciamento de material, o GAP-AF planeja a reposição do estoque que será destinado para atender as necessidades de consumo tanto do Grupamento de Apoio dos Afonsos quanto de suas Organizações Apoiadas, visando a manutenção do fluxo de materiais para um período aproximado de 12 (doze) meses.
- 2.10** Face ao exposto constata-se que a contratação faz-se necessária, uma vez que as Unidades Militares necessitam utilizar constantemente os materiais em tela. A presente contratação baseia-se em um dos princípios norteadores da Administração Pública - o Princípio da Eficiência. Incorporado por meio da Emenda Constitucional Nº 19/1998, no artigo 37, da Constituição Federal de 1988, tem como objetivo instituir o modelo de administração pública gerencial voltada para um controle de resultados na atuação estatal, ou seja, a partir disso, os atos da administração devem ser realizados com a maior qualidade, competência e eficácia possível em prol da sociedade. Nesse sentido, economicidade, redução de desperdícios, qualidade, rapidez, produtividade e rendimento funcional são valores encarecidos pelo referido princípio.
- 2.11** Ressalta-se, assim, que ao se elaborar este processo, atentou-se prioritariamente para este princípio, no qual o Sistema de Registro de Preço (SRP), sendo um dos modos da modalidade Pregão, na sua forma Eletrônica, demonstra sua grande relevância e pertinência. Tal contratação busca ainda, atender o princípio da continuidade do serviço público
- 2.12** A presente contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do GAP-AF para o exercício de 2026 e está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021. Destaca-se, ainda, que a padronização dos itens e a aquisição centralizada visam otimizar os recursos disponíveis e garantir o atendimento homogêneo e tempestivo das OM apoiadas, promovendo melhor gestão logística e orçamentária.
- 2.13** A necessidade da contratação está em perfeita consonância com as atribuições do GAP-AF, sendo indispensável ao cumprimento das atividades administrativas e operacionais. A escolha dos materiais segue critérios técnicos de qualidade, segurança e eficácia, assegurando que os produtos adquiridos atendam aos padrões exigidos para ambientes institucionais. Não há, nesta contratação, indicação de marca específica; os itens foram descritos com base em especificações técnicas usuais de mercado, em conformidade com o § 1º do art. 42 da Lei nº 14.133/2021, permitindo ampla competitividade e respeitando o princípio da isonomia.
- 2.14** Conforme o inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o objeto desta licitação é considerado um bem comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital e em seus anexos, com especificações usuais do mercado.
- 2.15** A aquisição será conduzida em conformidade com o planejamento orçamentário da Organização Militar, garantindo que os recursos financeiros sejam aplicados de maneira eficiente. A modalidade de Pregão foi escolhida para assegurar a competitividade e a obtenção do melhor preço, alinhando a qualidade do produto com a necessidade do órgão.
- 2.16** Sendo assim, constata-se que a aquisição é necessária em razão da sua natureza complementar na realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional destas Unidades Militares.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento	Evandro Presotti Maj Int

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 A contratação deverá atender às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e das Organizações Militares por ele apoiadas, observando requisitos mínimos capazes de assegurar a funcionalidade, a durabilidade, a padronização visual e a adequação dos materiais às finalidades institucionais, administrativas e operacionais a que se destinam.

4.2 Os materiais a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso, de primeira qualidade, isentos de defeitos de fabricação e em conformidade com as especificações técnicas a serem detalhadas no Termo de Referência, devendo apresentar resistência compatível com o uso pretendido, especialmente no caso de itens destinados à exposição externa ou à utilização recorrente em eventos.

4.3 Os itens de sinalização visual, tais como placas, letreiros, letras decorativas (block letters), placas em aço inox, banners, bandeiras, mastros e organizadores de mesa em acrílico, deverão observar critérios de legibilidade, acabamento adequado, segurança, estabilidade e compatibilidade com os ambientes em que serão instalados, considerando aspectos como dimensões, cores, materiais empregados e métodos de fixação, quando aplicável.

4.4 Os materiais de apoio institucional e a eventos, a exemplo de bonés, canecas, cadernos, pastas em papel, chaveiros e itens similares, deverão possuir qualidade compatível com o uso institucional, permitindo personalização conforme identidade visual definida pela Administração, quando necessário, sem prejuízo da durabilidade e da apresentação estética.

4.5 A contratação deverá permitir a aquisição dos itens de forma flexível e escalonada, conforme a demanda das Organizações Apoiadas, garantindo a compatibilidade entre os quantitativos contratados e as necessidades efetivamente verificadas, bem como a possibilidade de atendimento a diferentes tipos de eventos e ambientes institucionais.

4.6 Os produtos deverão atender às especificações técnicas que serão detalhadas no Termo de Referência, contemplando características como material de fabricação, dimensões, resistência, capacidade, cor e tipo de uso, de forma a garantir compatibilidade com as finalidades e uso institucional em geral.

4.7 O fornecedor deverá garantir a substituição, sem ônus para a Administração, dos itens que apresentarem defeito, avarias no transporte ou que estejam em desacordo com as especificações exigidas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após notificação às custas da contratada.

4.8 O (s) Fornecedor (s) contratado(s) para aquisição dos materiais solicitados através deste processo licitatório deverá cumprir com todas as exigências e obrigações constantes do Termo de Referência, Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto.

4.9 A entrega dos produtos deverá ser realizada nas dependências do GAP-AF ou em uma de suas unidades apoiadas, no endereço e horários a serem indicados no Termo de Referência, podendo ser em mais de uma remessa, conforme cronograma ou necessidade da Administração.

4.10 Os fornecedores deverão estar em situação regular perante os órgãos de fiscalização sanitária ou técnica, quando aplicável ao tipo de produto, apresentando documentação comprobatória exigida em edital, como registros na ANVISA ou certificações do INMETRO.

4.11 Para os itens, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13 /2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981. O registro no CTF/APP IBAMA deverá vir acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021 e normas supervenientes.

4.12 Para os itens que envolvem processos de galvanoplastia e pintura industrial (Categoria 3 do Anexo I da Resolução CONAMA n.º 237 /1997), cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante apresente a Licença de Operação (L.O.) válida e esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981.

4.13 Alguns itens do objeto envolvem processos industriais de natureza potencialmente poluidora, especificamente no que tange à fabricação de itens metálicos com tratamento de superfície (galvanoplastia) e aplicação de pintura automotiva (PU). Tais atividades enquadram-se na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) do Anexo I da Resolução CONAMA n.º 237/1997, gerando efluentes químicos e resíduos sólidos que exigem controle rigoroso.

4.14 Embora o processo fabril também utilize insumos controlados por órgãos de segurança pública (PF, PC e Exército), entende-se que a Licença de Operação (L.O.) emitida pelo órgão ambiental competente é o documento síntese que atesta a regularidade da planta industrial.

4.15 A emissão da L.O. pressupõe a existência de Responsável Técnico habilitado (ART) e o cumprimento das normas de segurança e descarte exigidas pelos demais órgãos de controle.

4.16 Como exigir cumulativamente as licenças setoriais de segurança na fase de licitação configuraria excesso de formalismo, com alto potencial de restrição à competitividade e risco de nulidade do certame, define-se como viável e necessária apenas a inclusão da exigência da Licença de Operação (L.O.) do fabricante, fundamentada na Resolução CONAMA n.º 237/1997, como requisito de regularidade técnica para a contratação, garantindo a sustentabilidade ambiental sem comprometer a ampla disputa".

4.17 Esses requisitos visam assegurar que os produtos adquiridos atendam à finalidade institucional, sejam seguros e adequados ao uso contínuo nas atividades desempenhadas pelo Grupamento de Apoio dos Afonsos e suas Unidades apoiadas.

4.18 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em virtude do objeto da presente contratação não gerar obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato ser pouco significativa.

5. Governança, Transparência e conformidade

Transparência e classificação da informação:

5.1 Em relação à integridade e transparência do processo, o mesmo deverá estar de acordo com a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a qual regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, tendo em vista que o objeto constante da presente contratação não é considerado de acesso sigiloso.

5.2 No que se refere ao sigilo das informações presentes no certame e classificação na lei acima mencionada, não há necessidade de classificar partes ou conteúdo integral deste processo como sigiloso.

Justificativa para não utilização do catálogo eletrônico de padronização:

5.3 Cabe relatar que este Órgão não utilizou o catálogo eletrônico de padronização previsto no inciso I do § 1º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e previsto na lista de verificação da AGU, pelo motivo abaixo relacionado:

5.4 A Portaria Seges/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, em atendimento ao disposto no inciso II do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como forma de solução de gerenciamento centralizado para uniformizar os itens contratados pela Administração Pública, conferindo maior economicidade nos gastos públicos e racionalização de recursos em contratações cujas necessidades podem ser atendidas por bens, serviços e obras padronizados.

5.5 Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização, disposto no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (acesso pelo link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>), tem-se que estão dispostos somente os itens referentes à água mineral natural, sem gás, e os alusivos a café e açúcar, não estando contemplado, portanto, o objeto almejado por este Órgão, qual seja, aquisição de material de apoio a eventos militares e sinalização visual.

5.6 Face ao exposto, a justificativa para a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, acima relacionada, atende ao § 2º do art. 19 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Justificativa para solicitação de qualificação técnica no Termo de Referência:

5.7 No que se refere à comprovação de qualificação técnica, prevista no item 9 do Termo de Referência, entende-se como tecnicamente justificável a eventual exigência de tal qualificação, de modo a assegurar que a empresa contratada possua experiência comprovada na entrega de aquisição de material em escala compatível com a demanda do GAP-AF. A exigência de atestados de capacidade técnica, infraestrutura mínima e conformidade com as normas, visa resguardar o interesse público e garantir a prestação eficiente, segura e contínua dos serviços.

6. Viabilidade da Prorrogação da Ata

6.1. Em conformidade com o artigo 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a prorrogação da Ata de Registro de Preços é permitida por até 12 (doze) meses, desde que observados o interesse público, a boa execução do contrato e a disponibilidade orçamentária. No presente caso, a continuidade da ata mostra-se conveniente e necessária para garantir a regularidade no fornecimento dos materiais e insumos indispensáveis às atividades de identificação funcional, controle patrimonial e sinalização administrativa no âmbito do GAP-AF e das OM apoiadas. A manutenção da ata assegura a eficiência logística e a previsibilidade na reposição de itens estratégicos para o funcionamento da estrutura organizacional.

6.2. Sendo assim, este Órgão manifesta o desejo de prorrogar a Ata de Registro de Preços por mais 12 (doze) meses, renovando o quantitativo dos itens dispostos no Termo de Referência, em conformidade com o o artigo supracitado. A prorrogação da ata de registro de preços por mais 12 meses atende aos interesses da administração ,desde que o desempenho do contratado seja satisfatório e estejam disponíveis as condições orçamentárias necessárias.

7. Levantamento de Mercado

7.1 Com vistas à adequada definição da solução para atendimento da necessidade identificada, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas disponíveis para o fornecimento de materiais de apoio a eventos e de sinalização visual, considerando aspectos como viabilidade técnica, operacional, econômica e aderência às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e das Organizações Militares por ele apoiadas.

7.2 No âmbito desse levantamento, foram identificadas as seguintes soluções disponíveis no mercado:

- **Solução A – Aquisição descentralizada por meio de contratações pontuais**

Consiste na realização de contratações isoladas e pontuais, por diferentes unidades ou setores, para atendimento de demandas específicas e imediatas relacionadas a materiais de apoio a eventos e sinalização visual.

Embora essa alternativa permita atendimento imediato de necessidades pontuais, apresenta desvantagens relevantes, tais como a fragmentação das aquisições, a ausência de padronização visual, maior esforço administrativo, risco de sobreposição de contratações e menor economia de escala, o que pode resultar em preços menos vantajosos para a Administração.

- **Solução B – Adesão à Ata de Registro de Preços de outros órgãos: solução válida, mas que demanda verificação da compatibilidade de especificações técnicas e prazos contratuais, além de disponibilidade de saldo na ata e interesse do órgão gerenciador em permitir adesões.**
- **Essa solução envolve a adesão a atas de registro de preços vigentes de outros órgãos ou entidades da Administração Pública que contemplem objetos semelhantes.**
- **Apesar de representar uma alternativa possível, verificou-se que as atas disponíveis no mercado, em geral, não abrangem de forma simultânea a diversidade de itens necessários (placas, letreiros, banners, brindes institucionais, sinalização interna e externa, entre outros), tampouco atendem plenamente às especificidades de identidade visual, materiais, dimensões e padrões exigidos pelo GAP-AF e pelas Organizações Apoiadas.**
- **Solução C – Execução por meios próprios da Administração**
- **Avaliada a possibilidade de confecção interna dos materiais, constatou-se que o GAP-AF não dispõe de estrutura física, equipamentos, insumos nem de pessoal especializado suficientes para produzir, de forma regular e padronizada, os diversos itens de apoio a eventos e sinalização visual demandados, tornando essa alternativa tecnicamente inviável.**
- **Solução D - Aquisição por meio de processo licitatório próprio, na modalidade pregão**
- **A realização de procedimento licitatório próprio pelo GAP-AF, por meio da modalidade pregão, permite a ampla competitividade, a seleção da proposta mais vantajosa e a contratação de fornecedor(es) especializado(s) no fornecimento de materiais de apoio a eventos e sinalização visual.**
- **Essa alternativa possibilita a consolidação das demandas, a padronização dos itens, a obtenção de economia de escala, o planejamento adequado dos quantitativos e a flexibilização do atendimento às necessidades das Organizações Apoiadas, além de assegurar maior controle contratual e transparência.**

7.3. Solução Escolhida

7.3.1 Após a análise das soluções disponíveis no mercado, conclui-se que a aquisição dos materiais de apoio a eventos e de sinalização visual por meio de processo licitatório próprio, na modalidade pregão pelo Sistema de Registro de Preços, a ser realizado pelo GAP-AF, apresenta-se como a alternativa mais adequada para atendimento da necessidade identificada.

7.3.2 A solução escolhida mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente eficiente e economicamente vantajosa, pois permite a obtenção de preços competitivos, a padronização visual dos materiais, a adequação às especificidades institucionais e o atendimento contínuo das demandas das Organizações Militares apoiadas, em consonância com os princípios do planejamento, da eficiência, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.3.3 Além disso, a realização do pregão pelo próprio GAP-AF possibilita maior governança sobre o processo, melhor acompanhamento da execução contratual e maior aderência às reais necessidades da Administração, contribuindo para a racionalização dos recursos públicos e para a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

7.3.4 Essa opção permite o planejamento da entrega conforme a necessidade, favorece a competitividade entre fornecedores e garante maior controle sobre as condições do fornecimento.

7.4. Análise dos custos totais das demandas

7.4.1 Para a formação do preço estimado da aquisição do material, foi utilizada como principal metodologia a pesquisa de preços no Banco de Preços, ferramenta gerencial que permite acesso a milhares de licitações e atas de registro de preços em âmbito nacional.

7.4.2 No processo de levantamento, foram consultados, no mínimo, três empresas do mesmo ramo de atividade para cada item do certame. A partir dos valores coletados, foi calculada a média aritmética para definição do preço de referência final de cada material.

7.4.3 A pesquisa de mercado foi realizada com base nas diretrizes estabelecidas pela Instrução Normativa nº 65 de 07 de julho de 2021, tendo sido escolhido como critério de precificação, para cada um dos itens que compõem a contratação, um entre os disponíveis para a realização da pesquisa de preços, de forma que foi utilizado o que mais se aplica ao caso concreto, sendo complementado, quando necessário, pelos demais critérios.

7.4.4 Em suma, a pesquisa de mercado foi realizada com base nos dados encontrados na ferramenta gerencial Banco de Preços, com data atualizada inferior a um ano, obtendo-se três orçamentos ou mais para cada item.

7.4.5 Conforme indica a IN nº 65/SEGES, de 07 de julho de 2021:

I- composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II- contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III- dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV- pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V- pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

7.4.6 Dessa forma, para o atendimento da presente demanda, a metodologia para estimativa de preços foram os comandos contidos no Inciso II, art. 5º, da Instrução supracitada. Dos três valores obtidos, extraiu-se a média aritmética dos preços, chegando-se assim ao preço referenciado.

8. Descrição da solução como um todo

8.1 Após a apresentação dos argumentos em relação ao levantamento de mercado e sobre quais seriam as soluções disponíveis para o problema em tela, verificou-se que a proposta mais vantajosa para este Órgão foi a encontrada na **SOLUÇÃO D - Pregão eletrônico para registro de preço realizado pelo GAP-AF.**

8.2 A solução proposta consiste na aquisição de materiais de apoio a eventos e de sinalização visual, por meio de processo licitatório na modalidade pregão, a ser conduzido pelo Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF), com vistas a atender, de forma contínua, padronizada e eficiente, as demandas do próprio GAP-AF e das Organizações Militares por ele apoiadas.

8.3 A contratação abrangerá o fornecimento de diversos itens destinados à comunicação visual, à identificação de ambientes e ao apoio institucional a eventos, tais como placas, letreiros, banners, bandeiras, mastros, letras decorativas (block letters), placas em aço inox, organizadores de mesa em acrílico, bem como materiais de apoio institucional, a exemplo de bonés, canecas, cadernos, pastas em papel, chaveiros e itens correlatos, conforme especificações técnicas e quantitativos a serem definidos no Termo de Referência.

8.4 A solução adotada permite a consolidação das demandas, a padronização visual dos materiais, o ganho de escala, a redução de custos unitários e a racionalização dos esforços administrativos, evitando contratações fragmentadas e assegurando maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Ademais, a realização de licitação própria pelo GAP-AF possibilita maior aderência às necessidades específicas das Organizações Apoiadas, bem como maior controle e governança sobre a execução contratual.

8.5 O modelo de contratação proposto assegura a flexibilidade necessária para o atendimento das demandas ao longo do período de vigência contratual, permitindo o fornecimento dos materiais conforme a efetiva necessidade da Administração, sem prejuízo da previsibilidade orçamentária e do planejamento prévio.

8.6 Dessa forma, a solução descrita mostra-se tecnicamente adequada, operacionalmente viável e economicamente vantajosa, atendendo de maneira satisfatória às necessidades identificadas, em conformidade com os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

DA OPÇÃO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.7 Em atenção ao disposto no art. 3º, incisos II e V do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, o sistema de registro de preços será adotado tendo em vista o caráter parcelado e a impossibilidade de previsão exata do quantitativo a ser contratado, o que justifica a utilização desse sistema, além de otimizar os créditos disponibilizados durante o ano fiscal para este Órgão.

DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

8.8. Em conformidade com o disposto no caput do art. 9º do Decreto 11.462/2023, será realizado o procedimento de Intenção de Registro de Preços, operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG, para registro dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos no art. 7º do mesmo dispositivo legal.

8.9 Considerando que o objeto do presente certame se trata da aquisição de material, a qual consiste em demanda recorrente do GAP-AF e suas Unidades Apoiadas e tem por finalidade abastecer os diversos setores da GUARNAE-AF, foi levada em consideração, dentre outros fatores, a necessidade de padronização e fornecimento contínuo dos materiais listados no presente estudo.

8.10 Discorrendo que o presente processo possui a finalidade de atender à demanda das Organizações Militares, este Órgão declara a viabilidade da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), com fulcro no art. 9º, §2º, do Decreto nº 11.462/2023.

DA VEDAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.11 Este Órgão Gerenciador entende que a adesão à ata de registro de preços para a aquisição do material em tela mostra-se inadequada por diversas razões:

- a) Necessidades Específicas: as demandas do GAP-AF possuem características próprias que exigem especificações ajustadas às realidades locais e à missão institucional, o que pode não ser contemplado em atas genéricas;
- b) Preservação da Competitividade: a adesão a uma ata existente pode restringir a ampla competição, prejudicando a seleção de propostas mais vantajosas;
- c) Planejamento Orçamentário: a adesão pode implicar obrigações financeiras não previstas, comprometendo o planejamento fiscal responsável;
- d) Racionalização dos Gastos Públicos: evita-se desperdícios, assegurando que as aquisições sejam baseadas em necessidades reais;
- e) Segurança Jurídica: reduz-se o risco de incompatibilidades contratuais ao garantir que as condições sejam definidas em processo competitivo próprio;
- f) Controle e Fiscalização: maior controle sobre os processos licitatórios conduzidos internamente;
- g) Estímulo à Competitividade: fomenta a participação de novas empresas, promovendo a qualidade e melhores preços.

8.12 Portanto, é essencial que a aquisição seja realizada por licitação própria, assegurando maior qualidade, segurança, competitividade e melhor custo-benefício para a Administração.

8.13 Sendo assim, reitera-se que o presente processo tem como finalidade a futura contratação de empresa especializada no fornecimento de material de apoio, sendo o critério de julgamento da proposta o menor preço por item. Considerando a variação recorrente da demanda, o caráter parcelado da aquisição e a impossibilidade de prever com exatidão os quantitativos, este Grupamento de Apoio optou pelo Pregão Eletrônico com uso do Sistema de Registro de Preços, com validade de 12 (doze) meses, nos termos do art. 3º, incisos II e IV, do Decreto nº 7.892/2013.

8.14 Em termos de economicidade, esta somente poderá ser alcançada mediante ampla concorrência entre fornecedores qualificados, conforme processo licitatório regular, garantindo qualidade, preço justo e racionalização dos gastos públicos.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1 As quantidades totais dos itens que compõem o presente certame foram calculadas com base nas necessidades informadas pelas Unidades que serão beneficiadas pela presente contratação, através de preenchimento de Termo de Oficialização de Demanda (TOD), disponibilizado no Sistema Integrado de Logística de Material e de Serviços (SILOMS).

9.2 Essas quantidades foram verificadas através de um levantamento realizado pelos Setores responsáveis pelos eventos e cerimoniais militares do GAP-AF e suas Unidades apoiadas. Esse quantitativo foi embasado na verificação das necessidades de cada Organização Militar, considerando a atual necessidade das OM's para desempenhar com êxito as funções inerentes as atividades realizadas no âmbito das Organizações.

9.3 Para estimar as quantidades, obteve-se como base a média de consumo histórico dos últimos anos, de acordo com as necessidades anuais desta Unidade Gestora e de cada Organização militar apoiada. O consumo histórico foi extraído das quantidades recebidas anualmente pelo Setor responsável da OM, tomando como base as quantidades mínimas necessárias para atender a demanda da Guarnição da Aeronáutica dos Afonsos no que concerne a tais materiais.

9.4 Tais Demandas foram confrontadas ainda, mediante a verificação de processos anteriores, como é o caso do Pregão BAAF/044/2021 e GAP-AF/056/2023, os quais possuem itens similares e/ou iguais aos do processo em tela.

9.5 Com base nos fatos acima relatados e do montante de Organizações a serem atendidas é que as quantidades foram estimadas, levando em conta os fatores de necessidade e verificação das áreas que necessitam dos materiais constantes do presente processo.

9.6 O total dos itens que compõem o presente certame foram calculadas com base nas necessidades informadas pelas Unidades Apoiadas no respectivo Termo de Oficialização de Demanda que integra este Processo, as quais foram calculadas utilizando percentuais estimativos, visando contornar eventuais déficits na apresentação das necessidades setoriais.

9.7 Por fim, a necessidade do objeto deste Estudo Técnico Preliminar foi manifestada no conjunto de demandas apresentadas no SILOMS, cujo atendimento visa subsidiar atividades ao decorrer do ano.

9.8 Assim, a metodologia utilizada para fins do cálculo do quantitativo total dos itens previstos de aquisição segue a fórmula abaixo:

A= Média do quantitativo solicitado pelo GAP-AF nos últimos anos (consumo histórico, conforme verificado nos pregões BAAF/044/2021 e BAAF/056/2023);

B= Somatório das quantidades dos TOD's preenchidos pelas OM's apoiadas;

C= soma das quantidades do GAP-AF e das OM's apoiadas.

Desta forma, tem-se:

$C = A + B$

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 7.427.478,64

10.1 O custo estimado da contratação, para fins de aplicação de menor valor, será de R\$ 7.427.478, 64 (sete milhões quatrocentos e vinte e sete mil quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), conforme levantamento de preços realizado por meio do sistema Banco de Preços, disponível no endereço eletrônico: <https://www.bancodeprecos.com.br/>.

10.2 A estimativa foi obtida a partir da média dos valores praticados no mercado, com base em dados atualizados disponíveis na referida plataforma, em conformidade com as orientações constantes no Caderno de Logística – Pesquisa de Preços (versão 2023), na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e nos arts. 23 a 26 da Lei nº 14.133/2021.

10.3 A utilização do Banco de Preços permitiu à Administração aferir valores efetivamente praticados em contratações similares, conferindo maior precisão, transparência e confiabilidade à estimativa, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1 O objeto da presente contratação será parcelado, com fulcro no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre a possibilidade e recomendação do parcelamento do objeto com vistas a ampliar a competitividade, favorecer a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

11.2 A decisão de parcelar a contratação foi tomada após análise técnica das características do objeto, da estrutura do mercado e da experiência de contratações anteriores, constatando-se que o fracionamento não compromete a execução do fornecimento, tampouco acarreta perda da economia de escala.

11.3 Cabe ressaltar que a opção pelo parcelamento do objeto em itens individualizados, com a condução de disputa e julgamento com base no menor preço por item, foi cuidadosamente avaliada quanto à sua viabilidade técnica e econômica.

11.4 Essa abordagem revelou-se propícia devido à natureza divisível dos itens, uma vez que cada um deles possui uma aplicação individual e autônoma. Essa característica permite que a aquisição e a utilização de cada item ocorra de maneira independente dos demais componentes do conjunto.

11.5 Essa estratégia, baseada na divisibilidade dos itens, não apenas simplifica a gestão do processo licitatório, mas também oferece uma flexibilidade considerável, visto que permite que diferentes fornecedores atendam a demandas específicas. A possibilidade de obtenção de bens ou serviços de empresas distintas não apenas estimula a concorrência, mas também fomenta um ambiente propício à obtenção de preços mais competitivos.

11.6 Além disso, a divisibilidade dos itens possibilita uma abordagem mais eficiente em termos de gestão de contratos e execução, permitindo uma maior especialização por parte dos fornecedores. Isso pode resultar em entregas mais eficazes, prazos mais curtos e uma resposta mais ágil às necessidades específicas de cada item.

11.7 No contexto econômico, essa abordagem também pode representar uma gestão financeira mais eficiente, uma vez que a alocação de recursos pode ser otimizada com base nas prioridades específicas de cada item. Dessa forma, o parcelamento do objeto, aliado à competição entre fornecedores, visa não apenas à economia de recursos, mas também à maximização da eficácia e eficiência na consecução dos objetivos estabelecidos.

11.8 Conforme dispõe o § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não deve ser adotado quando:

I – a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II – o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III – o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

11.9 Contudo, após avaliação da equipe de planejamento, foi constatado que nenhuma das hipóteses impeditivas acima se aplica ao presente caso. A contratação em lotes distintos é viável, segura e vantajosa à Administração, permitindo o aproveitamento de diferentes fornecedores e a adequação às unidades de medida usuais do mercado.

11.10 Na aplicação do princípio do parcelamento, também foram considerados fatores como: a viabilidade técnica da divisão do objeto em lotes; o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade; e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

11.11 Dessa forma, optou-se pelo parcelamento do objeto segundo suas características de fornecimento, por meio da distinção das unidades de medida usuais e compatíveis com os materiais a serem adquiridos, o que assegura maior eficiência, transparência e vantajosidade na contratação.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1 Essa contratação independe de contratações correlatas ou complementares, uma vez que o objeto da presente contratação pode ser executado de forma autônoma e independente, sem a necessidade de interdependência com outros processos licitatórios ou contratações previamente realizadas ou em andamento.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 7 de julho de 2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (Módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

13.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a "Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica", o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

13.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Plano de Trabalho Anual (PTA).

13.4. As contratações a serem realizadas pela Divisão de Obtenções e Contratos do GAP-AF são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio, MCA 172-4/2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118/2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

13.5. No âmbito da GUARNAE-AF, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano Anual de Contratações (PAC). Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação.

13.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do PAC e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

13.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-AF confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-AF é responsável pela elaboração do edital até a homologação.

13.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

13.9. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

13.10. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

13.11. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada.

13.12. O e-PAG no SILOMS contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

13.13. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL

VEGETATIVA (Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-AF
NÃO VEGETATIVA (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO (Atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	UG REQUISITANTE

13.14. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC.

13.15. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento passando agora à fase de execução.

13.16. Constata-se, à luz da DCA nº 11-1, que a contratação pretendida está integralmente alinhada ao planejamento institucional previamente estabelecido.

13.17. No que pese às despesas referentes ao processo em questão, elas estão em conformidade com o inciso II, do Art. 16, da Lei Complementar No 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), haja vista não se referir à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarrete aumento da despesa em relação à Lei Orçamentária Anual, ao Plano Plurianual, e à Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

13.18. As contratações públicas descritas neste documento estão alinhadas ao Plano Anual de Contratações (PAC) da GUARNAE-AF, elaborado em conformidade com as diretrizes do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

13.19 No que se refere ao alinhamento do objeto em questão com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS), ressalta-se que a presente aquisição foi projetada em conformidade com o planejamento estratégico da Guarnição dos Afonsos, observando os princípios e diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS). Nesse sentido, foram consideradas medidas de sustentabilidade, tais como: (i) priorização de produtos ambientalmente adequados; (ii) controle rigoroso das quantidades a serem contratadas para evitar desperdício; e (iii) atenção à conformidade com normas ambientais e certificações de produtos.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1 A contratação para aquisição de materiais de apoio a eventos militares e de sinalização visual proporcionará benefícios relevantes à Administração Pública, notadamente ao Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e às Organizações Militares por ele apoiadas, dentre os quais destacam-se:

- a) Padronização visual e institucional: garante identidade visual uniforme nos eventos, cerimônias e ambientes institucionais, fortalecendo a imagem organizacional da Força Aérea Brasileira e promovendo comunicação clara e adequada;
- b) Eficiência administrativa: a centralização da aquisição em um único processo licitatório reduz a fragmentação de compras, diminui retrabalho administrativo e racionaliza os esforços das áreas demandantes e da unidade gestora;
- c) Economicidade e ganho de escala: a consolidação das demandas permite a obtenção de preços mais vantajosos, em razão do aumento do volume contratado e da ampliação da competitividade entre fornecedores;
- d) Previsibilidade e planejamento: possibilita o atendimento contínuo das demandas ao longo do exercício, evitando aquisições emergenciais e assegurando maior aderência ao planejamento anual de contratações;
- e) Flexibilidade no atendimento das necessidades: o uso do Sistema de Registro de Preços permite o fornecimento dos materiais conforme a efetiva necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição imediata da totalidade dos quantitativos registrados;

- f) Melhoria da qualidade dos serviços prestados: assegura que eventos institucionais, cerimônias militares e ações administrativas sejam realizados com materiais adequados, contribuindo para a organização, funcionalidade e apresentação dos ambientes;
- g) Fortalecimento da governança e do controle: a condução do certame pelo próprio GAP-AF possibilita maior controle sobre as especificações, execução contratual e fiscalização, reduzindo riscos de inconformidades;
- h) Conformidade legal e segurança jurídica: a contratação atende aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021;
- i) Apoio às atividades-fim e meio das Organizações Militares: viabiliza o adequado suporte material às atividades operacionais, administrativas e cerimoniais desenvolvidas no âmbito da GUARNAE-AF.

14.2 A adoção do Sistema de Registro de Preços assegura maior flexibilidade à Administração, permitindo a realização de aquisições conforme a demanda real das unidades apoiadas, evitando desperdícios, otimizando o uso dos recursos orçamentários e promovendo maior agilidade no atendimento das necessidades operacionais e administrativas.

14.3 A contratação também promove o adequado cumprimento do Plano Anual de Contratações (PAC), refletindo planejamento prévio, racionalidade nas aquisições e alinhamento com os objetivos estratégicos da Força Aérea Brasileira.

14.4 Ademais, a contratação contribuirá para o cumprimento da missão institucional do GAP-AF de prover suporte logístico e administrativo às OM apoiadas, fortalecendo a capacidade operacional e administrativa da GUARNAE-AF como um todo.

14.5 Por fim, a realização da aquisição em tela cumprirá orientação prevista no Calendário Administrativo constante do Programa de Trabalho Anual (PTA) do GAP-AF, pautado sempre nos princípios da economicidade, eficiência e eficácia, no que pese ao aproveitamento máximo dos recursos materiais, financeiros e humanos da Força.

15. Providências a serem Adotadas

15.1 As providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato visam assegurar que todo o processo de contratação transcorra com transparência, lisura e em estrita observância aos princípios que regem a contratação pública, especialmente os previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

15.2 Para a efetivação da presente contratação, será necessário que o processo licitatório siga regularmente seu trâmite, com o cumprimento de todas as etapas preparatórias da fase interna, incluindo a conclusão e aprovação do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Termo de Referência (TR), pesquisa de preços, análise de riscos, entre outros documentos exigidos.

15.3 Em seguida, o processo deverá seguir para a fase externa, com a devida publicação do aviso de licitação, observância aos prazos legais, recebimento de propostas, julgamento, habilitação, eventual fase recursal e homologação do resultado, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

15.4 Após a homologação, será realizado o registro de preços para o fornecedor vencedor, com base no modelo de ata de registro de preços, possibilitando a contratação futura conforme a demanda, dentro da vigência estabelecida e de acordo com as regras previstas no edital e na legislação vigente.

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. Por se tratar de aquisição de materiais de apoio em eventos militares e sinalização visual, além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

16.2. A empresa contratada deverá comprovar que o(s) bem(ns) atende(m) aos seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, quando aplicável:

16.2.1 que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

16.2.2 que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

16.2.3 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e que os bens não

contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

Para os itens que envolvem processos de galvanoplastia e pintura industrial (Categoria 3 do Anexo I da Resolução CONAMA n.º 237/1997), cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n.º 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante apresente a Licença de Operação (L.O.) válida e esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981.

Alguns itens do objeto envolvem processos industriais de natureza potencialmente poluidora, especificamente no que tange à fabricação de itens metálicos com tratamento de superfície (galvanoplastia) e aplicação de pintura automotiva (PU). Tais atividades enquadram-se na Categoria 3 (Indústria Metalúrgica) do Anexo I da Resolução CONAMA n.º 237/1997, gerando efluentes químicos e resíduos sólidos que exigem controle rigoroso.

Embora o processo fabril também utilize insumos controlados por órgãos de segurança pública (PF, PC e Exército), entende-se que a Licença de Operação (L.O.) emitida pelo órgão ambiental competente é o documento síntese que atesta a regularidade da planta industrial.

A emissão da L.O. pressupõe a existência de Responsável Técnico habilitado (ART) e o cumprimento das normas de segurança e descarte exigidas pelos demais órgãos de controle.

Como exigir cumulativamente as licenças setoriais de segurança na fase de licitação configuraria excesso de formalismo, com alto potencial de restrição à competitividade e risco de nulidade do certame, define-se como viável e necessária apenas a inclusão da exigência da Licença de Operação (L.O.) do fabricante, fundamentada na Resolução CONAMA n.º 237/1997, como requisito de regularidade técnica para a contratação, garantindo a sustentabilidade ambiental sem comprometer a ampla disputa".

16.2.4 Para os itens a serem adquiridos no presente processo, deverão ser observados ainda:

16.2.4.1 Nos termos do Decreto n.º 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA n.º 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

16.2.4.2 Nos termos da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e Resolução CONAMA n.º 237/1997, para os itens oriundos da transformação de metais, realizadas pela indústria metalúrgica e para sua comercialização, a empresa deverá apresentar comprovante do registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP).

16.2.4.3 A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1 Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à identificação da necessidade, ao levantamento de mercado, à estimativa das quantidades e à definição da solução mais adequada, conclui-se que a contratação pretendida mostra-se **viável sob os aspectos técnico, operacional, econômico e jurídico**.

17.2 A solução selecionada atende de forma satisfatória às necessidades do Grupamento de Apoio dos Afonsos (GAP-AF) e das Organizações Militares por ele apoiadas, sendo compatível com a capacidade administrativa do Órgão, com as condições existentes no mercado e com os recursos orçamentários disponíveis ou a serem oportunamente alocados.

17.3 Verificou-se, ainda, que a contratação por meio de processo licitatório próprio, na modalidade pregão eletrônico, com utilização do Sistema de Registro de Preços, apresenta-se como alternativa adequada e vantajosa, permitindo a padronização dos materiais, a obtenção de preços competitivos, a flexibilidade no atendimento das demandas ao longo da vigência da ata e a racionalização dos esforços administrativos.

17.4 A contratação pretendida observa os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, da isonomia, da transparência e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como encontra-se em

consonância com as diretrizes de governança e de gestão de riscos aplicáveis às contratações públicas, além de estar prevista no calendário anual de licitações do Grupamento de Apoio dos Afonsos, o qual contém a relação de todos os processos licitatórios a serem realizados pelo GAP-AF.

17.5 Dessa forma, declara-se **viável a contratação**.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EVANDRO PRESOTTI

Gestor de Licitações

SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA

Auxiliar da Seção de Planejamento

VANESSA DOS SANTOS PINTO

Auxiliar da Seção de Planejamento



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP DIGITAL) - PÓS ACI
Data/Hora de Criação:	07/05/2026 17:31:48
Páginas do Documento:	15
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	16
Hash MD5:	9f7e989a08e1d58250de21e88ef2e283
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento SUELLEN DO NASCIMENTO PEREIRA ALCANTARA no dia 07/05/2026 às 14:34:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Primeiro Sargento VANESSA DOS SANTOS PINTO no dia 07/05/2026 às 14:52:00 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major EVANDRO PRESOTTI no dia 07/05/2026 às 15:09:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap EDUARDO JÚNIOR DA SILVA MARQUES no dia 11/05/2026 às 14:03:17 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int HORACIO FERNANDO PINTO no dia 15/05/2026 às 08:34:06 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO